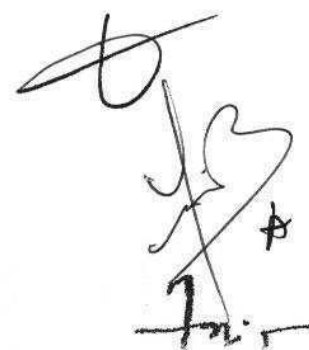


**Relatório & Contas**  
**Minhocom – Gestão de Infraestruturas**  
**de Telecomunicações, E.I.M.**  
**31 de Dezembro de 2010**

## Índice

<b>A) RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>3</b>
NOTA INTRODUTÓRIA	3
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
ACTIVIDADE DA EMPRESA	16
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	19
PERSPECTIVAS FUTURAS	20
DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E À SEGURANÇA SOCIAL, EM SITUAÇÃO DE MORA	20
ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	20
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
NOTA FINAL	21
<b>B) INFORMAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>22</b>
BALANÇO INDIVIDUAL	22
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	23
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2009	24
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2010	25
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	26
<b>C) ANEXO</b>	<b>27</b>
<b>D) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>43</b>
<b>E) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>44</b>
<b>F) ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>45</b>
<b>G) ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>46</b>

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be a stylized name, possibly 'J. B.', with a large flourish above it. Below the signature are the initials 'J.B.' and a small star-like symbol.

## A) Relatório de Gestão

Ex.mos Senhores Accionistas,

A Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Exas. o Relatório de Gestão relativo ao exercício económico de 2010.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está directamente relacionado com a evolução positiva ou a retracção da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da empresa e dos centros de negócios que a compõem, efectuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

### Nota introdutória

A Minhocom – Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M. (Minhocom), resulta duma parceria entre a Associação de Municípios do Vale do Minho, que detém 51% do capital social, sendo os restantes 49% subscritos por parceiros privados. Destes últimos, destaca-se a participação de 48,49% do capital social pela Dstelecom, S.A.

O processo de reflexão, análise e elaboração dos vários documentos que sustentam as normas e *modus operandis* da empresa, iniciado em 2009, acabou prolongando-se até 2010.

Assim, a rede ficou concluída em Maio de 2010, sendo que apenas após essa data a empresa se concentrou na promoção, divulgação e angariação de clientes, bem como no estímulo à utilização da infraestrutura por parte dos Municípios e de outras entidades integrantes da Rede Privada.

Mesmo assim, começaram a ser efectuadas ligações em fibra óptica de alguns pontos e pela primeira vez a empresa iniciou a facturação da prestação de serviços.

Foi fechado, no final do exercício, um contrato com um operador de telecomunicações, de utilização de fibra óptica escura, para utilização de todo o *backbone* da Minhocom.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está directamente relacionado com a evolução positiva ou a retracção da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da empresa e dos centros de negócios que a compõem, efectuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.



## Enquadramento macroeconómico

### Quadro macroeconómico internacional

Em 2010, a economia mundial começa a emergir da recessão mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial. Após uma contracção de 0,6% em 2009, o produto mundial terá aumentado cerca de 5% em 2010.

A incerteza quanto à continuação do crescimento da economia mundial permanece elevada devido à persistência de perturbações nos mercados financeiros internacionais, associados aos riscos da dívida soberana em alguns países da Zona do Euro, e à recente aceleração dos preços das "commodities" minerais (petróleo e metais) e agrícolas (milho, algodão e soja). Contudo, para 2011, as projecções do FMI apontam para uma taxa de crescimento de cerca de 4%.

Assistiu-se, em 2010, a uma recuperação a diferentes velocidades. O motor do dinamismo continua a ser os mercados emergentes, principalmente a Ásia, em particular a China, com um crescimento do PIB de 10,3%, enquanto as economias desenvolvidas continuam a perder terreno, dominadas pelas preocupações conjunturais e financeiras.

As divergências entre o crescimento nas economias desenvolvidas e emergentes continuarão a atrair políticas económicas muito diferentes. Nos EUA e na Europa, os bancos centrais deverão continuar a implementar políticas monetárias expansivas que estimulem o crescimento económico. Já em alguns países emergentes, os sinais de sobreaquecimento da economia, impulsionado por fortes influxos de capitais, levam as autoridades a considerar a antecipação de medidas macroeconómicas restritivas para limitar o crescimento do crédito, controlar inflação e evitar aumentos súbitos nas taxas de câmbio.

A recuperação económica está a decorrer, no geral, como o esperado, apesar de os riscos continuarem elevados. A maioria das economias desenvolvidas e algumas economias emergentes continuam a enfrentar grandes ajustes e desafios. No entanto, a economia mundial continua a dar sinais de recuperação, com os EUA a registar um crescimento de 2,9%, o Japão 3,9% e a União Europeia 1,8%, contrapondo com a contracção registada em 2009.

Indicadores Macroeconómicos	2008	2009	2010
PIB:			
EUA	1,3	-2,4	2,9
UNIÃO EUROPEIA	0,9	-4,1	1,8
ZONA EURO	0,7	-4,0	1,7
JAPÃO	-0,7	-5,0	3,9

Fonte: GPEARI Finanças  
Leitura: Variação Percentual

Na Europa, as incertezas sobre a solidez do sector financeiro europeu, e as dúvidas sobre a capacidade da Zona Euro para resolver a sua crise de dívida soberana, abalaram um sistema financeiro ainda fragilizado. A crise financeira nos países periféricos da Zona Euro levou a uma análise de risco mais rigorosa, que resultou num agravamento do prémio de risco soberano e maiores restrições no acesso a financiamento externo. Apesar das tensões nos mercados financeiros, com excepção da Grécia, Irlanda e Espanha, o crescimento na Europa foi positivo, apontando para uma grande recuperação face a 2009.

Em 2010, a zona Euro terá crescido 1,7%, contrapondo a contracção de 4% em 2009. Apesar do dinamismo recente, as instituições e os mercados continuam frágeis, e a retoma na Europa a 27 deverá manter-se ponderada, resultado do impacto prolongado da crise financeira e da implementação de fortes medidas de controlo orçamental em 2011.

O aumento dos preços das matérias-primas foi responsável, em parte, pelo aumento da inflação observada. De acordo com o FMI, nas economias desenvolvidas a inflação deverá manter-se nos 1,5%, fortemente influenciada pela subida do preço da energia.

Indicadores Macroeconómicos	2008	2009	2010
<b>Inflação:</b>			
EUA	3,8	-0,4	1,6
UNIÃO EUROPEIA – 27	3,7	1,0	2,1
ZONA EURO	3,3	0,3	1,6
JAPÃO	1,4	-1,3	0,0
<b>Taxa de Desemprego:</b>			
EUA	5,8	9,3	9,6
UNIÃO EUROPEIA – 27	7,0	8,9	9,6
ZONA EURO	7,6	9,4	10,0
JAPÃO	4,0	5,1	5,1
<b>Índice de Produção Industrial:</b>			
EUA	-1,8	-9,8	5,7
UNIÃO EUROPEIA – 27	-1,6	-13,9	6,6
ZONA EURO	-1,7	-14,9	7,1
JAPÃO	-3,3	-22,3	16,0

Fonte: Eurostat / Banco de Portugal / FED/GPEARI  
Leitura: Variação Percentual

Reflectindo as baixas taxas de juro praticadas pelos bancos centrais, as taxas do mercado monetário do Euro reflectiram uma progressiva descida nas taxas de curto prazo até valores abaixo de 1%, na Europa e nos Estados Unidos. Por outro lado, as taxas de longo prazo mostraram-se mais resistentes à descida,

antecipando fortes volumes de emissão de dívida pública, destinados a financiar os planos de estímulo económico. No final de Dezembro, as taxas de juro Euribor para os prazos de 3, 6 e 12 meses situavam-se em 1,006%, 1,227% e 1,507%, respectivamente. Esta ligeira subida no final de 2010 reflectiu, em parte, a divulgação de indicadores económicos favoráveis e a diminuição de algumas tensões na generalidade dos mercados de dívida soberana.

Taxas de Juro Referência	2008	2009	2010
Zona Euro	2,50	1,00	1,00
EUA	0,25	0,25	0,25
Japão	0,30	0,30	0,10
Reino Unido	2,00	0,50	0,50

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2008	2009	2010
Zona Euro			
Eonia	3,86	0,72	0,44
Euribor 1 mês	4,27	0,90	0,57
Euribor 3 meses	4,63	1,23	0,81
Euribor 6 meses	4,72	1,44	1,08
Euribor 12 meses	4,81	1,62	1,35
EUA			
Libor 3 meses	2,91	0,69	0,34
Japão			
Libor 3 meses	0,93	0,47	0,23

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Percentagem

Contrariamente ao observado em 2009, a taxa de câmbio do Euro face ao Dólar americano diminuiu no ano de 2010, situando-se nos 1,336 dólares no final do ano, reflectindo assim a incerteza acerca das decisões de política nos EUA e as preocupações do mercado relacionadas com as perspectivas para as finanças públicas em alguns países da Zona Euro.

Divisas	2008	2009	2010
EUR/USD	1,392	1,441	1,336
EUR/JPY	126,140	133,160	108,65
EUR/GBP	0,953	0,888	0,861
EUR/CHF	1,485	1,484	1,250

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

Apesar da crise económica vivenciada no decorrer do ano de 2010, os grandes índices bolsistas internacionais apresentaram uma tendência positiva, associada à expectativa de crescimento dos lucros de empresas dos EUA e da zona Euro.

Mercados Bolsistas	2008	2009	2010
Dow Jones EURO STOXX 50	-24,6	-25,4	13,4
Nikkei 225	-28,4	-23,2	7,3
Standard & Poors 500	-17,3	-22,5	20,3

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Variação Percentual

Em 2010, as matérias-primas minerais e agrícolas registaram um aumento de preços de dois dígitos, atingindo, no caso de alguns metais, valores máximos históricos. O preço do barril do petróleo aumentou significativamente, resultado de um aumento da procura mundial, fixando-se em Dezembro de 2010 nos 91,9 dólares por barril.

Matérias-primas	2008	2009	2010
Petróleo Brent USD/Barril (1)	96,42	62,45	80,22
Bens Agrícolas (2)	-0,8	-17,0	33,8
Metais (2)	-8,0	-28,60	40,2

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: (1) Preço Barril/USD / (2) Variação Percentual

Apesar do bom ritmo de crescimento observado em 2010 no produto mundial, para 2011 as previsões apontam para um abrandamento ligeiro do ritmo da expansão global, com particular evidência nas economias mais avançadas, como os EUA, Japão e zona Euro. Os mercados financeiros continuam frágeis e as tensões no mercado cambial e a instabilidade no mercado de dívida soberana podem representar fortes ameaças contra o crescimento económico.

Quadro macroeconómico nacional

Indicadores Macroeconómicos	2008	2009	2010 <sup>(e)</sup>
<b>Despesa e PIB</b>			
- Consumo Privado	1,7	-1,0	2,0
- Consumo Público	1,1	2,9	3,2
- FBCF	-0,7	-11,9	-4,8
- Exportações	-0,5	-11,8	8,7
- Importações	2,7	-10,9	5,3
- PIBpm	0,0	-2,6	1,4
<b>Inflação</b>			
Índice de Produção Industrial	-4,0	-7,2	2,2
Índice Volume Negócios na Indústria	0,9	-17,9	9,4
Índice PSI 20	-51,29	33,47	-10,34
Taxa de Desemprego	7,6	9,5	10,0

Fonte: Ministério das Finanças

Leitura: variação percentual, à excepção da Taxa de Desemprego

(e)- Estimativa

O baixo crescimento económico verificado em Portugal nos últimos anos é apontado como um dos principais entraves para o equilíbrio das contas públicas portuguesas. Em 2010, a fraca execução orçamental, que levará a um défice público de 7,3% do PIB, fez com que o prémio de risco soberano fosse penalizado pelos investidores internacionais, exigindo uma *yield* para a dívida com maturidade de 10 anos a ultrapassar os 7%. Este facto resulta em grandes dificuldades de financiamento dos bancos portugueses em mercados internacionais.

Apesar da instabilidade do mercado financeiro em Portugal e dos problemas de liquidez do sistema bancário nacional, 2010 registou um crescimento do PIB de 1,4%, contrapondo a contracção de 2,6% de 2009.

No entanto, para 2011, as projecções do FMI apontam para um crescimento económico nulo, o que representa um risco acrescido para um sistema económico já fragilizado.

O mercado de trabalho revelou alguma deterioração, verificando-se o aumento da taxa de desemprego para os 10%, piorando de forma generalizada o poder de compra e a confiança dos consumidores.

Em 2010, a taxa de inflação média anual situou-se nos 1,4%, contrariando a deflação de 0,8% verificada em 2009.

Estes factores, conciliados com a aceleração do processo de consolidação orçamental, poderão gerar um impacto mais negativo do que o antecipado a curto prazo, ainda que a médio/longo prazo devam suportar a retoma do crescimento da actividade económica.



## O Sector das Telecomunicações

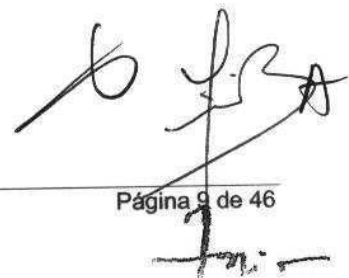
No contexto de economia global em que vivemos, onde a transmissão de informação e as ferramentas de comunicação assumem um papel cada vez mais relevante, foi estabelecida como prioridade a nível governamental a implementação de uma estratégia de comunicações capaz de abranger todo o território nacional, de forma a contribuir para a descentralização de serviços e aproximação de populações. Com efeito, o Governo Português emitiu uma resolução no sentido de “dotar o País com redes de comunicações mais avançadas, com serviços mais inovadores e em modalidades que permitam o acesso por parte das famílias e das empresas, revela-se essencial para garantir um sector forte, gerador de externalidades positivas, nomeadamente de investimento em sectores adjacentes (*software*, multimédia, engenharia de sistemas), bem como para combater a infoexclusão”, com aumento dos “benefícios económicos e sociais, através do impacto positivo que se fará sentir no aumento do PIB, na promoção do emprego e no aumento da qualificação”.

Neste quadro foi adjudicado um concurso público internacional para implementação de redes de nova geração no Norte, colmatando assim as falhas de mercado nesta região no acesso a redes de nova geração, tendo sido identificados 44 concelhos em zonas rurais, dos quais 4 são promotores da Minhocom. A implementação deste projecto será preponderante para a Minhocom e seus promotores, bem como para a economia local.

De realçar também a recente aprovação do novo Plano Tecnológico, que constitui um dos pilares para o Crescimento e a Competitividade e “uma agenda de mudança para a sociedade portuguesa que visa mobilizar as empresas, as famílias e as instituições para que, com o esforço conjugado de todos, possam ser vencidos os desafios de modernização que Portugal enfrenta. No quadro desta agenda, o Governo assume o Plano Tecnológico como uma prioridade para as políticas públicas”.

O Plano Tecnológico baseia-se em três eixos:

- Conhecimento (qualificação);
- Tecnologia (reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas);
- Inovação (uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos).



Cada um destes três eixos do Plano Tecnológico divide-se em várias medidas destinadas a:

- Cidadãos (Educação e Formação, Empreendedorismo e Emprego, Serviços Públicos *Online*, Regulação e Contexto);
- Empresas (Financiamento, Competitividade e Internacionalização, Cooperação e Parcerias, Ambiente Empresarial, Investigação e Desenvolvimento);
- Administração Pública (Simplificação, Desburocratização e Desmaterialização, Melhoria do Atendimento, Qualificação e Segurança);
- Investigação e Ensino (Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Regulação e Qualificação, Transferência de Tecnologia e Conhecimento, Educação e Formação).

O objectivo é, através de um serviço de telecomunicações mais rápido, permitir o acesso a produtos e serviços tecnologicamente inovadores pela generalidade dos consumidores. Nesse sentido, foi estabelecido que seja promovida a adopção massificada de acessos de elevado débito à Internet e desenvolvimento de aplicações avançadas, com vista à ligação massiva de utilizadores a Redes de Nova Geração.

No exercício de 2010, como era expectável, o sector das telecomunicações foi dos menos afectados pela crise internacional, mas obviamente não ficou imune.

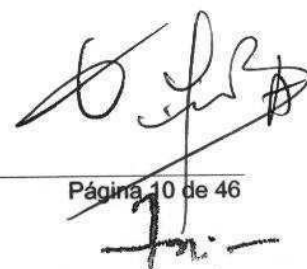
A disputa revelou-se acirrada, no mercado residencial, entre a PT Comunicações, com o produto MEO e mesmo ADSL, e a ZON (TV CABO), em especial na oferta de TV por subscrição, na conquista de *market share*.

No mercado empresarial, verificou-se uma movimentação digna de realce, que passa pela ZON ter iniciado a criação de uma área especializada no mercado empresarial, sendo assim expectável que até final de 2011 o mercado em causa passe a deter um novo *player* de peso.

De realçar também que em 2010 o operador incumbente desacelerou o investimento na passagem de fibra, para projectos de FTTH (*fiber to the home*) com tecnologia GPON (*gigabit passive optical network*).

Durante 2010, as emissões de Televisão Digital Terrestre (TDT) para os canais de acesso gratuito – RTP1, RTP2, SIC e TVI, no continente, e RTP Açores e RTP Madeira - foram estendidas a outras regiões do País.

Em 2011, não se assistiu à entrada de novos *players* de grande dimensão no mercado susceptíveis de utilizarem a infra-estrutura da Minhocom, nem mesmo o surgimento de projectos de empreendedores de carácter local/regional, se bem que estas iniciativas dificilmente podem extravasar a disponibilização de Internet decorrente do custo e dificuldade de um operador com reduzida dimensão aceder a conteúdos.



TV por Subscrição

Com base nos últimos dados de mercado, fornecidos pela Anacom, relativos ao 4.º Trimestre de 2010, os alojamentos cablados eram 4,06 milhões, mais 0,5% do que no trimestre anterior e mais 1,7 % do que em igual período do ano anterior.

Quadro A – Alojamentos Cablados

	4T09	3T10	4T10	Variação trimestral	Variação homóloga	Total aloj. por NUTS II
Norte	1.060	1.075	1.082	0,50%	2,10%	1.854
Centro	580	592	596	0,90%	2,80%	1.407
Lisboa	1.812	1.825	1.829	0,20%	1,00%	1.419
Alentejo	155	157	159	1,20%	2,50%	464
Algarve	219	221	222	0,50%	1,20%	350
Região Autónoma dos Açores	73	73	76	5,10%	5,10%	107
Região Autónoma da Madeira	91	91	91	0,00%	0,00%	122
<b>Total</b>	<b>3.990</b>	<b>4.034</b>	<b>4.056</b>	<b>0,50%</b>	<b>1,70%</b>	<b>5.722</b>

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Unidade: Milhares

A distribuição geográfica dos alojamentos cablados continua praticamente inalterada, continuando Lisboa a ser a região onde se concentra a maior parte: 45%.

O número de clientes de subscrição de TV por cabo, no 4.º Trimestre de 2010, foi de 1,438 milhões, mais 1,3 mil que no trimestre anterior.

O número total de assinantes aumentou 0,1% em relação ao trimestre anterior, fixando-se nos 1,438 milhões, mais cerca de 1,3 mil que no trimestre anterior. Foi a primeira vez, desde final de 2009, que aumentou o número de assinantes deste serviço.

Quadro B - Assinantes do Serviço de Televisão por cabo

	4T09		3T10		4T10		Variação Trimestral	Variação Homóloga
	Total	dos quais digitais	Total	dos quais digitais	Total	dos quais digitais	Total	Total
Norte	378	211	375	275	377	293	0,40%	-0,30%
Centro	171	76	172	115	173	124	0,80%	1,30%
Lisboa	695	384	687	490	687	516	0,00%	-1,10%
Alentejo	43	20	43	29	44	32	0,50%	1,20%
Algarve	53	29	53	37	53	39	0,10%	-0,30%
Região Autónoma dos Açores	44	24	43	25	43	26	-0,50%	-4,10%
Região Autónoma da Madeira	67	45	64	44	62	45	-2,60%	-8,10%
<b>Total</b>	<b>1.452</b>	<b>788</b>	<b>1.437</b>	<b>1.014</b>	<b>1.438</b>	<b>1.074</b>	<b>0,10%</b>	<b>-0,90%</b>

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Unidade: Milhares

No final do 4.º Trimestre de 2010, o número de assinantes do serviço de televisão através de satélite (Direct To Home - DTH), era de cerca de 670 mil, mais 25 mil que no trimestre anterior (+4,0%).

**Quadro C - Assinantes do Serviço DTH**

	4T09	3T10	4T10	Variação trimestral	Variação homóloga
Norte	219	229	230	0,40%	5,00%
Centro	191	202	204	0,70%	6,80%
Lisboa	74	74	73	-1,10%	-1,20%
Alentejo	62	64	65	0,20%	3,70%
Algarve	29	30	30	-2,00%	1,30%
Região Autónoma dos Açores	45	43	42	-3,10%	-5,70%
Região Autónoma da Madeira	24	26	27	3,40%	10,90%
<b>Total</b>	<b>645</b>	<b>670</b>	<b>670</b>	<b>0,10%</b>	<b>4,00%</b>

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Unidade: Milhares

No final do 4º Trimestre 2010, existiam cerca de 1,47 milhões de casas cabladas com fibra óptica (FTTH/B – *Fiber to the Home/Building*). Durante o 4º Trimestre 2010 o número de assinantes de TV por subscrição cujo serviço se suporta em fibra óptica (FTTH/B) aumentou 26,6%, atingindo os 143 mil.

Actualmente existem 3 ofertas de TV por subscrição sobre fibra óptica (FTTH/B): Vodafone, Optimus e PTC. Estas ofertas não estão necessariamente presentes em todas as regiões do país.

**Quadro D - Assinantes do Serviço de TV por Subscrição sobre Fibra Óptica**


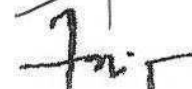
	4T09	3T10	4T10	Variação trimestral	Variação homóloga
Norte	10	40	49	23,40%	>100%
Centro	3	10	12	24,70%	>100%
Lisboa	17	59	76	29,40%	>100%
Alentejo	0	0	0	-	-
Algarve	0	2	3	34,20%	-
Região Autónoma dos Açores	0	1	1	28,60%	-
Região Autónoma da Madeira	1	2	2	9,70%	>100%
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>113</b>	<b>143</b>	<b>26,60%</b>	<b>&gt;100%</b>

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Unidade: Milhares

De notar que 53% dos assinantes de TV por subscrição, sobre fibra óptica, se situam em Lisboa.

Em suma, a quantidade de assinantes de TV por subscrição, no 4.º Trimestre de 2010 continuou a crescer, tendo ultrapassado os 2,7 milhões, cerca de mais 58 mil que no trimestre anterior e mais 246 mil do que no mesmo período do ano anterior, o principal motor do crescimento do serviço foi o FTTH/B.

## Quadro E – Assinantes do serviço de TV por subscrição

	4T09	3T10	4T10	Variação trimestral	Variação homóloga	Assinantes por 100 alojamentos	Assinantes por 100 habitantes
Norte	702	767	786	2,50%	11,90%	42,4	21
Centro	435	483	498	3,00%	14,30%	35,4	20,9
Lisboa	936	977	992	1,50%	6,10%	69,9	35,1
ALENTEJO	148	164	169	3,20%	14,80%	36,5	22,5
Algarve	109	119	121	2,00%	11,20%	34,7	28
Região Autónoma dos Açores	99	103	104	1,10%	4,80%	97,2	42,3
Região Autónoma da Madeira	99	103	104	1,10%	4,40%	85,4	42
<b>Total</b>	<b>2.528</b>	<b>2.716</b>	<b>2.775</b>	<b>2,20%</b>	<b>9,70%</b>	<b>48,5</b>	<b>26,1</b>

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Unidade: Milhares

Acesso à Internet em Banda Larga

Com base nos últimos dados de mercado fornecidos pela ANACOM, relativos ao 4ºT de 2010, existiam cerca de 2,1 milhões de utilizadores com acesso à Internet *wireline*, tendo crescido 11% face ao trimestre homólogo do ano anterior.

A principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa continua a ser o ADSL, que representa 51,5% do total. No entanto, o ADSL apresenta, pelo 3.º trimestre consecutivo, crescimentos próximos de zero. O *modem cabo* é utilizado por 41,1% dos clientes da banda larga fixa, tendo neste trimestre atraído metade das novas adesões ao serviço. A categoria "outros" - onde se inclui a fibra óptica - representa apenas 7,4% do total, embora tenha igualmente atraído cerca de metade das novas adesões no quarto trimestre de 2010.

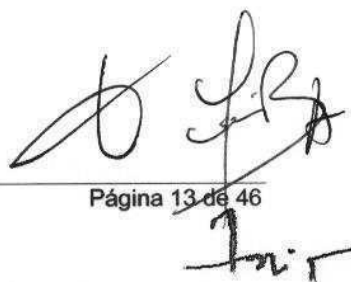
Quadro F – Clientes de Banda Larga via *wireline*

	3T10	4T10	Variação 4T10 / 3T10	Variação 4T10 / 4T09
<b>Total de Clientes, dos quais:</b>	<b>2.022.402</b>	<b>2.075.342</b>	<b>2,60%</b>	<b>11,30%</b>
<b>Clientes de acesso ADSL</b>	<b>1.067.916</b>	<b>1.069.489</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,90%</b>
% do Total de banda larga fixa	52,80%	51,50%	-	-
<b>Clientes de acesso modem cabo</b>	<b>826.706</b>	<b>852.302</b>	<b>3,10%</b>	<b>13,60%</b>
% do Total de banda larga fixa	40,90%	41,10%	-	-
<b>Outros</b>	<b>127.780</b>	<b>153.551</b>	<b>20,20%</b>	<b>179,10%</b>
% do Total de banda larga fixa	6,30%	7,40%	-	-

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Unidade: Milhares

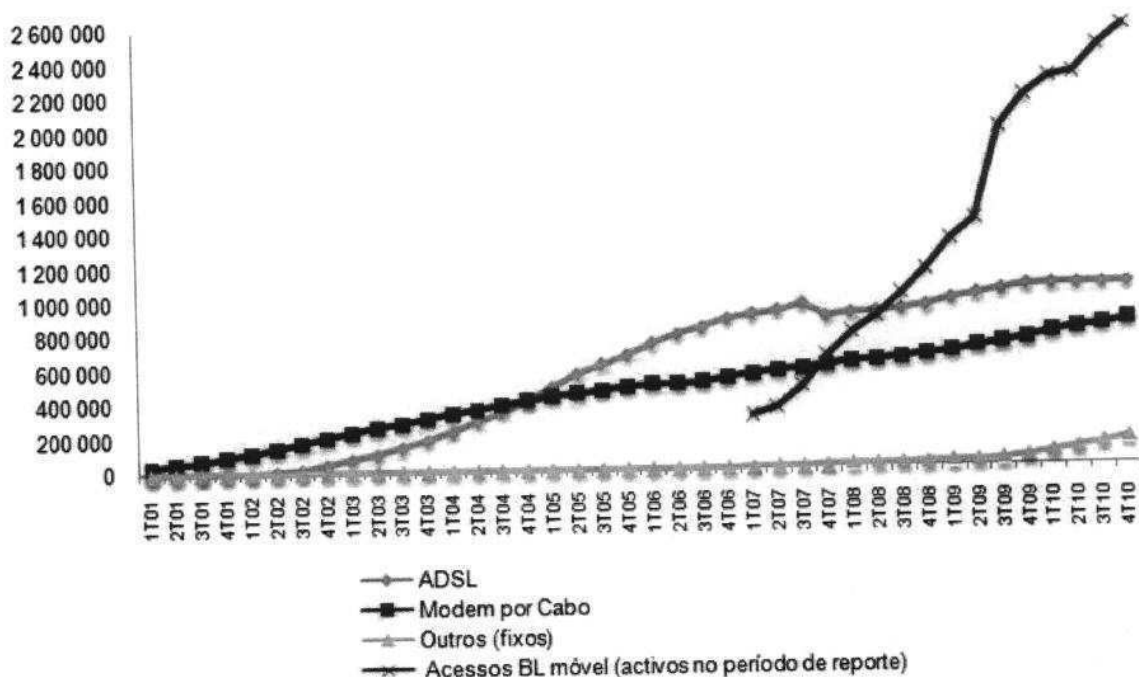
Obviamente, a grande fatia de utilizadores da Internet fixa continua sustentada na tecnologia ADSL.



No 4.º Trimestre de 2010 contabilizaram-se cerca de 130 mil clientes de acesso à Internet através de fibra óptica (FTTH/FTTB), um crescimento de 26,2% face ao trimestre anterior. Cerca de 96% destes clientes são residenciais. O acesso à Internet suportado em fibra óptica (FTTH/FTTB), que atingiu 6,3 por cento total de clientes, atraiu cerca de 51 por cento das novas adesões líquidas.

O gráfico seguinte ilustra a evolução do acesso à internet entre o primeiro trimestre de 2001 e o último trimestre de 2010 considerando todas as tecnologias:

Gráfico – Evolução do número de clientes de banda larga



Fonte: ICP – ANACOM, INE

Como se pode verificar, o acesso à internet de banda larga cresce de forma acentuada, mas existe um fenómeno “atípico” relativo à adesão à banda larga móvel.

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa, e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes do Grupo PT, no final de 2010, situou-se nos 46,8%, mais 0,6 pontos percentuais do que no trimestre anterior. A quota de clientes do Grupo ZON situou-se nos 33%.

Quadro G – Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)

	4T09	1T10	2T10	3T10	4T10
Grupo PT	44,50%	44,90%	45,50%	46,20%	46,80%
Cabovisão	8,00%	8,10%	8,20%	8,10%	8,00%
Optimus	9,20%	8,20%	7,50%	7,10%	6,40%
Vodafone	3,90%	4,10%	4,10%	4,00%	4,00%
AR TELECOM	1,40%	1,40%	1,30%	1,20%	1,10%
ONITELECOM	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Outros Prestadores	0,70%	0,60%	0,60%	0,70%	0,60%

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Unidade: Milhares

SFT – Sistema Telefónico Fixo

O parque de acessos telefónicos principais instalados a pedido de clientes no final do 4.º Trimestre de 2010 ascendia a 4,4 milhões de acessos, correspondendo a uma penetração de cerca de 41,3 acessos por cada 100 habitantes. Em relação ao trimestre anterior, verificou-se um ligeiro aumento no número de acessos (0,4%). Em termos anuais, registou-se uma variação homóloga positiva de 4 por cento no número de acessos instalados a pedidos de clientes.

Quadro H – Número de Acessos STF

	4T09	3T10	4T10	Varição	Varição
				4T10 / 3T10	4T10 / 4T09
Acessos Principais Totais	4.343.250	4.450.278	4.484.498	0,80%	3,30%
Acessos instalados a pedido de clientes	4.221.342	4.370.428	4.389.649	0,40%	4,00%
Acessos Analógicos	2.280.053	2.183.571	2.148.522	-1,60%	-5,80%
Acessos RDIS e Diginet	708.930	674.981	669.455	-0,80%	-5,60%
Básicos	423.580	395.594	385.152	-2,60%	-9,10%
Primários	282.585	274.590	279.450	1,80%	-1,10%
Fracionados	969	791	772	-2,40%	-20,30%
Outros acessos digitais	1.796	4.006	4.081	1,90%	127,20%
GSM	424.149	446.278	444.586	-0,40%	4,80%
Outros acessos	808.210	1.065.598	1.127.086	5,80%	39,50%
Postos públicos	33.304	32.024	31.506	-1,60%	-5,40%

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Unidade: Milhares

De referir também que o aumento verificado no número acessos resulta sobretudo de novas adesões a ofertas *multiple play*.

As empresas do Grupo Portugal Telecom (Grupo PT) que actuam nestes mercados continuam a deter a maioria do parque instalado, 59,5% em final de 2010, do total dos acessos instalados a pedido de clientes, menos 0,2 pontos percentuais do que no trimestre anterior e menos 3,2 pontos percentuais que no final do

período homólogo do ano anterior. O Grupo Sonae aparece com a segunda maior fatia de mercado, que ascende a cerca de 15%.

## Actividade da Empresa

### ORGANIZAÇÃO

A actividade da empresa tem sido sustentada por prestadores de serviços, seleccionados com base no CCP (Código de Contratação Pública), bem como na cooperação, *free of charge*, dos seus accionistas, em especial o privado e respectivos colaboradores.

O Administrador Executivo faz parte do Conselho de Administração e como tal não é remunerado. Em 2011 está previsto que a empresa seja dotada de alguns recursos humanos próprios e como tal algumas das actividades actuais sejam alvo de *insourcing*.

O Administrador Executivo da empresa elabora actas quinzenais, nas quais vai dando conhecimento aos restantes membros do Conselho de Administração das suas decisões e do evoluir da empresa.

### CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

Apesar da empresa estar numa fase inicial da sua actividade, têm sido tomadas diversas medidas no sentido de reduzir os custos de exploração ao mínimo imprescindível, mas sem colocar em causa a qualidade de serviço e a continuidade da actividade. Assim, os gastos mais expressivos e com carácter regular, e não só, têm sido alvo de análises continuadas de procura de soluções mais optimizadas. Apenas como mero exemplo, temos o caso dos gastos com energia eléctrica, em que foram tomadas acções com vista à sua redução e controlo, tais como a sensibilização para racionalizar decorrente de aspectos ambientais; o aumento da temperatura média nos POP (*Point of Presence*); a redução dos factores de potência; a desactivação de equipamento que não estava sendo utilizado, etc.

No exercício de 2010 a empresa iniciou a amortização dos seus investimentos, de forma linear, o que obviamente afecta sobremaneira o seu resultado operacional.

Em termos globais a empresa incorreu em cerca de € 81 mil de fornecimentos e serviços externos, o que fica manifestamente aquém dos cerca de € 200 mil orçados. Tal desvio deve-se ao facto de só em meados do ano terem sido iniciados os contratos de prestação de serviços de terceiros.

### TECNOLOGIA

A empresa debateu-se com alguns problemas a nível tecnológico, decorrentes dos aspectos intrínsecos ao início da actividade, nomeadamente da fase de aprendizagem e ajuste inicial dos equipamentos, mas



também decorrente da tecnologia implementada ter demonstrado alguns *bugs*, os quais têm vindo a ser resolvidos com novas *releases* do fornecedor.

Ainda existem alguns aspectos que requerem intervenção, mas em termos globais a empresa cumpriu os níveis de serviço a que se tinha comprometido.

Os cortes de fibra que ocorreram em 2010, decorrentes em especial de intervenções efectuadas por terceiros em espaços públicos, atingiram níveis críticos, tendo o tema sido debatido junto dos accionistas. As acções tomadas, ao nível da divulgação do cadastro da rede junto aos Municípios, empreiteiros, autoridades e mesmo organismos públicos, assim como a sensibilização efectuada junto aos *stakeholders* em geral, foram decisivas para que os mesmos tenham praticamente sido extintos.

A quantidade de intervenções técnicas, respectivos impactos e soluções adoptadas, estão exaustivamente apresentadas no relatório do Administrador Executivo bem como no relatório bimensal de prestação de serviços técnico e operacional, e revelam por si só o esforço que tem sido desenvolvido em prol da manutenção da qualidade de serviço prestado ao cliente final.

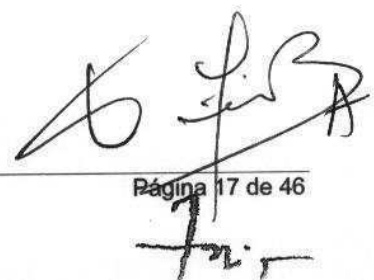
## COMERCIAL e MARKETING

Com base no *pricing* aprovado para os produtos e serviços concebidos, a empresa iniciou uma campanha de divulgação junto aos potenciais clientes da rede privada, bem como dos potenciais utilizadores da sua oferta grossista - operadores de telecomunicações em geral.

Como seria de esperar, as dificuldades têm sido diversas, fruto da falta da capilaridade da rede, de parte do *backbone* ser semelhante ao patenteado por outras empresas que se encontram à algum tempo no mercado e do facto de que não estamos perante uma venda de impulso, mas sim com um ciclo elevado decorrente da necessidade dos operadores de telecomunicações analisarem detalhadamente antes de migrarem da solução que hoje em dia utilizam para a nossa infra-estrutura.

Mesmo assim, em termos de relacionamento com operadores de telecomunicações, e face aos contratos celebrados, foram atingidos os objectivos propostos. Em termos de rede privada, ficamos aquém do ambicionado por todos, mas esta situação será revertida em 2011.

A quantidade de reuniões e propostas enviadas em 2010, devidamente elencadas no relatório do Administrador Executivo, bem como no relatório bimensal de prestação de serviços comercial e marketing, revelam por si só o esforço que tem sido desenvolvido em prol do crescimento da empresa.



## **OUTRAS ACTIVIDADES**

Complementarmente, a empresa desenvolveu, conforme previsto, diversos esforços e planos de acções com vista a dinamizar a utilização da rede de telecomunicações de banda larga ao nível do ensino, da saúde e das entidades públicas em geral.

Em suma, a empresa cumpriu o plano de actividades aprovado, se bem que o atraso no início efectivo da sua operação diferiu o desenvolvimento de algumas acções. No entanto, a grande maioria das acções preconizadas foi alcançada.

## **INVESTIMENTO**

O investimento efectuado em 2010 ficou bastante abaixo do orçado, fruto em especial da efectiva actividade da empresa ter sido iniciada apenas em Maio de 2010, após a aprovação em Assembleia Geral de toda a documentação necessária ao seu normal funcionamento e da menor angariação de clientes.

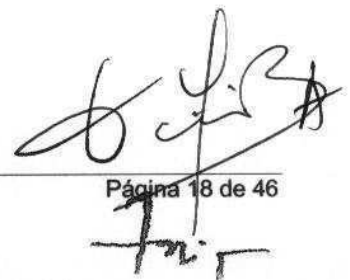
No presente período foram transferidos para activo fixo tangível os valores da rede comunitária que até à data estavam registados em activos fixos tangíveis em curso no valor de 10.029.632,78 €. Verificou-se, adicionalmente, um investimento no período de cerca de 14 mil euros, dos quais 12 mil ainda se encontravam em curso no final do ano.

Salienta-se ainda o facto dos investimentos em curso efectuados nos anos anteriores, no que se refere aos programas informáticos, terem sido transferidos para activos intangíveis.

## **RECURSOS HUMANOS**

No final do exercício, a empresa tinha quatro administradores não remunerados, apesar de se ter mantido o número global existiram alterações em termos da composição dos membros do Conselho de Administração.

A empresa manteve a sua actuação sustentada em contratos de prestação de serviços, no envolvimento directo dos seus administradores e também com base em colaboradores dos seus accionistas, em especial do privado. Esta situação será alterada em 2011 para que a empresa sustente os efectivos gastos das actividades que desenvolve.



## Análise económico-financeira

As principais componentes do Balanço no lado do Activo são os Activos fixos tangíveis e Activos intangíveis, enquanto no lado do Passivo ressalta a rubrica Outras contas a pagar, que inclui Fornecedores de Investimentos e Passivos por impostos diferidos.

Os Activos fixos tangíveis incluem a construção da Rede Comunitária e respectivos equipamentos, que ficou concluída em Maio de 2010. Por seu turno, a rubrica Activos intangíveis inclui os programas de computadores necessários para a operacionalidade e exploração da referida rede. A rubrica Clientes reflecte os valores em dívida decorrentes da celebração de contratos de conectividade e de aluguer de fibra escura e co-localização da rede comunitária em 2010.

A rubrica Fornecedores de Investimentos engloba os valores em dívida à entidade que procedeu à construção da Rede Comunitária.

Na rubrica Outros instrumentos de capital próprio encontram-se as prestações acessórias do sócio privado, que assume também uma importância relevante nos Capitais Próprios, totalizando 5.424.573,75 €.

A rubrica Outras variações no capital próprio diz respeito ao subsídio governamental obtido para investimento em activos fixos tangíveis e intangíveis no âmbito do POS\_C, no valor de 4.044.066,68 €, deduzido dos respectivos passivos por impostos diferidos.

### RÁCIOS FINANCEIROS

Descrição	2010	2009	2008
Autonomia Financeira	78,14%	80,93%	79,92%
Liquidez Geral	8,85%	3,83%	28,77%
Solvabilidade	357,48%	424,45%	404,70%

Leitura: unidades

A Minhocom, EIM apresenta um bom grau de autonomia financeira, decorrente das prestações suplementares incorporadas na empresa para fazer face à execução da Rede e do subsídio ao investimento. Esta incorporação permitiu ainda a obtenção de um excelente grau de solvabilidade.

Em termos de proveitos de exploração a empresa ficou bastante aquém dos valores orçamentados, decorrente do facto de toda a documentação necessária para o seu efectivo início de actividade ter sido aprovada só em meados de 2010, o que atrasou a abordagem ao mercado potencial, e da baixíssima adesão dos promotores à rede privada.

Fruto dos factos atrás referidos, ou seja da menor actividade da empresa face ao planeado, bem como do enorme esforço que foi efectuado para manter os gastos de exploração em níveis bastante baixos, a empresa apurou um EBITDA melhor do que o orçado. EBITDA este que se cifrou em cerca de € 95 mil

positivos decorrente dos serviços prestados e reconhecimento do investimento no período de 2010. O Resultado líquido foi negativo em 385 mil euros, decorrente em especial das depreciações e amortizações dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

## Perspectivas Futuras

No decorrer do período de 2011 espera-se que os promotores da Minhocom, bem como entidades locais de papel relevante para a região, adiram de forma massiva à sua Rede Privada de nova geração, aproveitem as potencialidades da mesma na sua plenitude e estimulem os seus prestadores de serviços de telecomunicações a utilizarem a infra-estrutura e serviços da sua empresa intermunicipal.

Complementarmente, é expectável que o *backbone* actual seja utilizado pela entidade adjudicatária do concurso público para instalação, exploração e manutenção da rede de nova geração no norte do País, para que a Minhocom contribua para disponibilizar serviços ao cliente final, tornando assim a sua rede mais atractiva aos operadores retalhistas e, em especial, supere os objectivos de coesão territorial e combate à infoexclusão que estiveram na sua génese.

Existe elevada probabilidade da empresa ser alvo de fusão com a Valicom, EIM no exercício de 2011, conforme já anunciado pelos accionistas.

## Dívidas ao Estado e outros entes públicos e à Segurança Social, em situação de mora

A empresa não apresenta dívidas em situação de mora ao Estado e outros entes públicos e à Segurança Social.

## Acontecimentos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos subsequentes que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

## Proposta de aplicação de resultados


O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que o resultado líquido negativo do período de 2010, no valor de 351.163,03 € (trezentos e cinquenta e um mil, cento e sessenta e três euros e três cêntimos), seja aplicado na rubrica de Resultados Transitados.

## Nota Final


O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a empresa. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração,



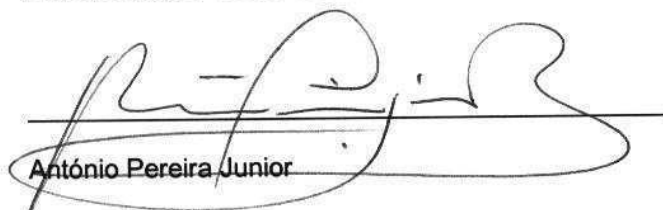
José Gonçalves Teixeira



José Manuel Vaz Carpinteira



António Abílio Pereira Torres



António Pereira Junior

## B) Informação Financeira

### Balanço Individual

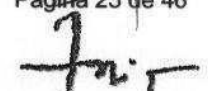
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	7	9.785.709,82	10.029.632,78
Activos intangíveis	8	255.669,58	328.718,04
		10.041.379,40	10.358.350,82
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	9	103.828,80	-
Estado e outros entes públicos	10	1.000,00	30.415,09
Accionistas/sócios		-	-
Outras contas a receber		-	-
Diferimentos	11	13,72	539,70
Outros activos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	4	4.284,62	5.267,93
		109.127,14	36.222,72
<b>Total do activo</b>		<b>10.150.506,54</b>	<b>10.394.573,54</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	12	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	5.424.573,75	5.424.573,75
Reservas legais		-	-
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		(68.765,74)	(9.976,04)
Outras variações no capital próprio		2.877.030,32	2.972.389,01
Resultado líquido do período		(351.136,03)	(24.408,68)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>7.931.702,30</b>	<b>8.412.578,04</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Passivos por impostos diferidos	16	985.725,15	1.037.296,65
Outras contas a pagar		-	-
		985.725,15	1.037.296,65
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	80.105,62	14.513,78
Estado e outros entes públicos	10	4.508,65	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar	15	1.093.503,67	930.185,07
Diferimentos	11	54.961,15	-
Outros passivos financeiros		-	-
		1.233.079,09	944.698,85
<b>Total do passivo</b>		<b>2.218.804,24</b>	<b>1.981.995,50</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>10.150.506,54</b>	<b>10.394.573,54</b>

## Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
Vendas e serviços prestados	17	46.827,99	-
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	19	(81.209,48)	(24.269,42)
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	18 e 20	129.739,71	5,20
Outros gastos e perdas	21	(35,20)	(143,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		95.323,02	(24.407,43)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(331.174,78)	-
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(235.851,76)	(24.407,43)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	22	(149.665,29)	(1,25)
Resultado antes de impostos		(385.517,05)	(24.408,68)
Imposto sobre o rendimento do período	16	34.381,02	-
Resultado líquido do período		(351.136,03)	(24.408,68)

## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2009

Unidade Monetária: Euros

DESCRICAÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmittidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido	Total
											do período	
Posição em 1 de Janeiro de 2009		50.000,00	5.424.573,75	-	-	-	-	-	-	-	(9.976,04)	5.464.597,71
Alterações no período												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2									4.044.066,68		4.044.066,68
Reclassificação de Subsídios ao Investimento	15						(9.976,04)				9.976,04	
Desreconhecimento das despesas de instalação												
Aplicação do resultado de 2008										(1.071.677,67)		(1.071.677,67)
Alterações em outras variações no capital próprio:												
Ajustamentos por impostos diferidos	15									2.972.389,01		2.972.389,01
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
Resultado líquido do período											9.976,04	9.976,04
Resultado integral											(24.408,68)	(24.408,68)
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital												
Realização de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
Posição em 31 de Dezembro de 2009		50.000,00	5.424.573,75	-	-	-	(9.976,04)	-	-	2.972.389,01	(24.408,68)	8.412.578,04

  
  
 Mintocom, EIM

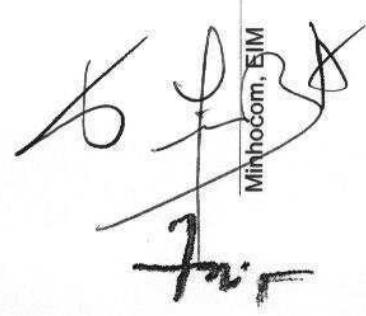




## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2010

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros		Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
								(9.976,04)	-				
<b>Posição em 1 de Janeiro de 2010</b>		50.000,00	5.424.573,75	-	-	-	-	-	-	-	2.572.389,01	(24.408,68)	8.412.578,04
<b>Alterações no período</b>													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							(24.408,68)					24.408,68	
Aplicação do resultado de 2009							(34.381,02)				(129.739,71)		(129.739,71)
Alterações em outras variações no capital próprio:	19										34.381,02		
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	15												
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(58.789,70)				(95.358,69)	24.408,68	(129.739,71)
<b>Resultado líquido do período</b>													
<b>Resultado integral</b>							(58.789,70)				(95.358,69)	(351.136,03)	(480.875,74)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>													
Realizações de capital													
Realização de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2010</b>		50.000,00	5.424.573,75	-	-	-	(68.765,74)	-	-	-	2.877.030,32	(351.136,03)	7.931.702,30

  
 MinhoCom, EIM

## Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	Notas	2010	2009
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		15.925,85	-
Pagamentos a fornecedores		(1.706,24)	(22.189,22)
Pagamentos ao pessoal		-	-
Caixa gerada pelas operações		14.219,61	(22.189,22)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.000,00)	-
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>13.219,61</b>	<b>(22.189,22)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(14.202,92)	(248.153,69)
Activos intangíveis		-	-
		(14.202,92)	(248.153,69)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		-	246.917,70
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
		-	246.917,70
<b>Fluxo de caixa das actividades investimento (2)</b>		<b>(14.202,92)</b>	<b>(1.235,99)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Amortizações de contratos de locação financeira		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		-	-
		-	-
		-	-
<b>Fluxo de caixa das actividades financiamento (3)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)</b>		<b>(983,31)</b>	<b>(23.361,07)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.267,93	28.629,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.284,62	5.267,93

## C) Anexo

### 1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Minhocom – Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, em Valença

Data da Constituição: 20 de Março de 2008

N.º Contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Actividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da actividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma actividade de interesse geral.

Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes que afectam as quantias de activos e passivos, assim como quantias de gastos e rendimentos durante o período de relato.

Estas estimativas e pressupostos resultam do melhor conhecimento, em relação aos eventos e acções correntes, não se esperando, no entanto, que daí possam resultar ajustamentos significativos aos valores dos activos e passivos em períodos futuros.

## 2.2. Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

Até 31 de Dezembro de 2009, a entidade elaborava e aprovava, para efeitos do cumprimento da legislação comercial vigente, as demonstrações financeiras de acordo com os PCGA anteriormente previstos no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Em 31 de Dezembro de 2010, a preparação destas demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o SNC. O exercício de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi ajustado de forma a estar de acordo com o SNC. Os ajustamentos de transição foram efectuados de acordo com a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF e foram registados em resultados transitados.

As Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas pela entidade de acordo com as NCRF.

As principais diferenças de políticas contabilísticas são as seguintes:

- Desreconhecimento das despesas de instalação;
- Reclassificação do subsídio ao investimento, que se encontrava registado como proveito diferido, para uma rubrica de capital próprio;
- Reconhecimento de passivos por impostos diferidos, decorrente do reconhecimento do subsídio ao investimento numa rubrica de capital próprio;
- Reclassificação dos resultados extraordinários para resultados operacionais;
- Reclassificação, na Demonstração de Resultados por Natureza, de juros obtidos (não relacionados com empréstimos obtidos) para Resultados operacionais.

A reconciliação entre o capital próprio e o resultado líquido de acordo com o POC e o SNC, em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009, são como segue:

### Reconciliação do Capital Próprio – 01.01.2009

	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
<b>POC - 1.1.2009</b>	<b>50.000,00</b>	<b>5.424.573,75</b>	-	-	<b>(9.041,70)</b>	<b>5.465.532,05</b>
Subsídios ao investimento	-	-	4.044.066,68	-	-	4.044.066,68
Desreconhecimento activos	-	-	-	-	(934,34)	(934,34)
Impostos diferidos	-	-	(1.071.677,67)	-	-	(1.071.677,67)
	-	-	<b>2.972.389,01</b>	-	<b>(934,34)</b>	<b>2.971.454,67</b>
<b>SNC - 1.1.2009</b>	<b>50.000,00</b>	<b>5.424.573,75</b>	<b>2.972.389,01</b>	-	<b>(9.976,04)</b>	<b>8.436.986,72</b>

### Reconciliação do Capital Próprio – 31.12.2009

	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
<b>POC - 31.12.2009</b>	<b>50.000,00</b>	<b>5.424.573,75</b>	-	<b>(9.041,70)</b>	<b>(24.795,29)</b>	<b>5.440.736,76</b>
Subsídios ao investimento	-	-	4.044.066,68	-	-	4.044.066,68
Desreconhecimento activos	-	-	-	(934,34)	386,61	(547,73)
Impostos diferidos	-	-	(1.071.677,67)	-	-	(1.071.677,67)
	-	-	<b>2.972.389,01</b>	<b>(934,34)</b>	<b>386,61</b>	<b>2.971.841,28</b>
<b>SNC - 31.12.2009</b>	<b>50.000,00</b>	<b>5.424.573,75</b>	<b>2.972.389,01</b>	<b>(9.976,04)</b>	<b>(24.408,68)</b>	<b>8.412.578,04</b>

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão descritas abaixo.

#### 3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios, tomando por base o custo histórico e preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

##### 3.1.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a

entidade por via da sua utilização e o respectivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos activos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os activos fixos tangíveis em curso, activos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes activos fixos tem início a partir do momento que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal a partir da data em que o activo se encontra em condições de funcionamento, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas são as seguintes:

	TAXA ANUAL (%)
Edifícios e Outras Construções	2,5 a 12,5
Equipamento Básico	12,5 a 33,33
Equipamento administrativo	33,33
Elementos abaixo de mil euros	100

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos activos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos activos fixos tangíveis.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de activos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### 3.1.2. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria, os activos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método das quotas constantes, aplicado em regime de duodécimos a partir da entrada em funcionamento dos bens, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.

Não é considerado qualquer valor residual.

A taxa de amortização anual média utilizada é a seguinte:

	TAXA ANUAL (%)
Programas de computador	33,33

### 3.1.3. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal, deduzido das perdas por imparidade sempre que necessário.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

O valor da perda por imparidade é reconhecido nas demonstrações financeiras em "Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)".

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

## 3.1.4. Reconhecimento do rédito

Os rendimentos associados aos serviços prestados são reconhecidos na demonstração de resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços facturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na rubrica Rendimentos a reconhecer sendo registados na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respectivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

## 3.1.5. Subsídios recebidos

Os subsídios governamentais são inicialmente reconhecidos no passivo, e de acordo com o seu justo valor, quando são recebidos (ou existe certeza que sejam recebidos) e após existir segurança que a entidade irá cumprir com as condições a eles associadas.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações / amortizações respectivas dos activos subsidiados.

## 3.1.6. Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja detectado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos.

Na presença de algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.



Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante de excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável, registando essa perda na demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade (e respectiva reversão posterior caso exista, na rubrica Reversões de perdas por imparidade).

### 3.1.7. Impostos sobre o Rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

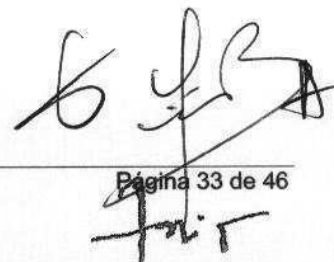
O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos lucros tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os respectivos impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.



3.2. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e suposições efectuadas pelo Órgão de Gestão são efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa,

4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método directo, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica de Caixa e depósitos bancários tem a seguinte decomposição:

	2010	2009
Caixa	13,00	13,00
Depósitos bancários	4.271,62	5.254,93
	<u>4.284,62</u>	<u>5.267,93</u>

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas e estimativas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes Relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe e outras empresas do grupo

Tem participação no capital social da Entidade, com valor superior a 20%, as seguintes pessoas colectivas:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51,00%
Dstelecom, S.A.	48,49%

Os principais saldos no final do período corrente e as transacções no mesmo período entre a Entidade, accionistas e outras empresas do grupo são os seguintes:

Empresas	Saldos	
	Activo	Passivo
<b>Empresas associadas</b>		
Domingos da Silva Teixeira, S.A.	-	1.036.195,21
DST - Empreitadas Eléctricas, S.A.	-	16.133,42
DSTelecom, S.A.	-	55.725,63
Valicom - Gestão Inf. Telecom., EIM	66.618,64	2.095,00
	<u>66.618,64</u>	<u>1.110.149,26</u>

Empresas	Transacções						
	Vendas e serviços prestados	Compras e aquisições	Fornecimentos e serviços externos	Juros e rendimentos similares obtidos	Outros rendimentos e ganhos	Juros e gastos similares suportados	Outros gastos e perdas
<b>Empresas associadas</b>							
Domingos da Silva Teixeira, S.A.	-	-	4.538,96	-	-	149.661,59	-
DST - Empreitadas Eléctricas, S.A.	-	-	8.669,86	-	-	-	-
DSTelecom, S.A.	-	-	46.022,00	-	-	-	-
Valicom - Gestão Inf. Telecom., EIM	(59.188,96)	-	1.075,00	-	-	-	-
	<u>(59.188,96)</u>	-	<u>60.305,82</u>	-	-	<u>149.661,59</u>	-


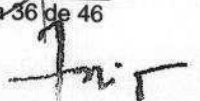
b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

Uma vez que os administradores não são remunerados, as remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante o exercício se 2010 foram 1.000 euros e respeitam aos honorários de revisão legal de contas do Fiscal Único (ROC).

7. Activos fixos tangíveis

A informação relativa aos valores líquidos dos activos fixos tangíveis, com referência aos exercícios de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	-	-	-	10.029.632,78	10.029.632,78
2 Amortizações acumuladas iniciais	-	-	-	-	-
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	-	-	-	-	-
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-	-	-	10.029.632,78	10.029.632,78
<b>5.1 Total das adições</b>	<b>8.988.753,85</b>	<b>783.679,70</b>	<b>1.598,91</b>	<b>(10.017.955,42)</b>	<b>(243.922,96)</b>
Adições					
Aquisições em 1.ª mão	-	2.526,00	-	11.677,36	14.203,36
Outras aquisições	-	2.526,00	-	11.677,36	14.203,36
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-
Acréscimo por revalorização	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-
<b>5.2 Total das diminuições</b>	<b>179.361,00</b>	<b>78.308,49</b>	<b>456,83</b>	<b>-</b>	<b>258.126,32</b>
Diminuições					
Amortizações	179.361,00	78.308,49	456,83	-	258.126,32
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	9.168.114,85	859.462,19	2.055,74	(10.029.632,78)	-
Transferências de/para activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
5.5	-	-	-	-	-
5.6 Outras transferências	-	-	-	-	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	8.988.753,85	783.679,70	1.598,91	11.677,36	9.785.709,82
Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida	-	-	-	-	-
7	-	-	-	-	-

8. Activos intangíveis


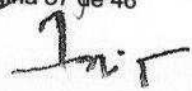
A informação relativa aos valores líquidos dos activos intangíveis, com referência aos períodos de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Com vida útil finita:</b>			
4 Quantia bruta escriturada inicial	-	-	-
5 Amortizações acumuladas iniciais	-	328.718,04	328.718,04
6 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	-	-	-
8 Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + ..... + 8.6)	-	328.718,04	328.718,04
8.1 <b>Total das adições</b>	255.669,58	(328.718,04)	(73.048,46)
<b>Adições</b>			
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-
Outras aquisições	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Outras	-	-	-
8.2 <b>Total das diminuições</b>	-	-	-
<b>Diminuições</b>			
Amortizações	73.048,46	-	73.048,46
Perdas por imparidade	73.048,46	-	73.048,46
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras	-	-	-
8.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-
8.4 Transferências de intangíveis em curso	-	-	-
8.6 Outras transferências	328.718,04	(328.718,04)	-
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	-	-	-
10 Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida	255.669,58	-	255.669,58
	-	-	-

9. Contas a receber de clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica Clientes apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2010	2009
Clientes c/c	103.828,80	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	103.828,80	-

  
 A  


10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2010	2009
<b>Activo</b>		
Imposto sobre rendimento	1.000,00	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	30.415,09
	<u>1.000,00</u>	<u>30.415,09</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	4.508,65	-
	<u>4.508,65</u>	<u>-</u>

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, as rubricas Gastos e Rendimentos a reconhecer apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2010	2009
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Outros gastos	13,72	539,70
	<u>13,72</u>	<u>539,70</u>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Serviços a prestar nos próximos anos já facturados	54.961,15	-
Outros rendimentos	-	-
	<u>54.961,15</u>	<u>-</u>

12. Capital Próprio

O capital social da entidade manteve-se inalterado, sendo constituído por 10.000 acções escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros.

A Associação de Municípios do Vale do Minho detém 5.100 acções de categoria A, relativamente às quais são conferidos direitos especiais quanto à partilha do activo resultante da liquidação da sociedade. Todas as restantes acções são ordinárias.

CO

13. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se as prestações suplementares efectuadas pelo sócio privado no valor de 5.424.573,75 euros e que o Órgão de Gestão considera não se qualificarem como passivo.

14. Fornecedores

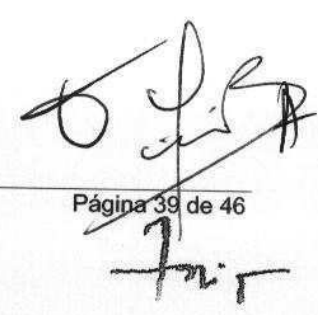
Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2010	2009
Fornecedores c/c	80.105,62	14.513,78
	<u>80.105,62</u>	<u>14.513,78</u>

15. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica Outras contas a pagar apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2010	2009
<b>Passivo não corrente</b>		
Passivos por impostos diferidos	985.725,15	1.037.296,65
	<u>985.725,15</u>	<u>1.037.296,65</u>
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	1.033.363,27	894.819,58
Credores por acréscimos de gastos		
Juros	6.011,24	-
Outros	2.557,66	984,47
	<u>8.568,90</u>	<u>984,47</u>
Passivos por impostos diferidos	51.571,50	34.381,02
	<u>1.093.503,67</u>	<u>930.185,07</u>



16. Passivos por impostos diferidos

	01.01.2010		Variação		31.12.2010	
	Base	imposto	Base	imposto	Base	imposto
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Subsídio investimento	4.044.066,68	1.071.677,67	(129.739,71)	(34.381,02)	3.914.326,97	1.037.296,65
	<b>4.044.066,68</b>	<b>1.071.677,67</b>	<b>(129.739,71)</b>	<b>(34.381,02)</b>	<b>3.914.326,97</b>	<b>1.037.296,65</b>
<b>Não Corrente</b>		1.037.296,65				985.725,15
<b>Corrente</b>		34.381,02				51.571,50

17. Rédito

Todos os serviços prestados foram efectuados no mercado nacional.

18. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS\_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo co-financiado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

O valor total do subsídio encontra-se registado na rubrica Outras variações no capital próprio e encontra-se a ser reconhecido por contrapartida da demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária.

19. Fornecimentos e serviços externos



Rubricas	2010	2009
Subcontratos	938,71	-
Electricidade	11.624,11	4.860,63
Combustiveis	580,75	-
Ferramentas	264,36	-
Material Escritório	103,84	37,54
Rendas e Alugueres	885,00	10.887,07
Comunicação	177,67	275,43
Contencioso e notariado	622,50	1.004,50
Conservação e reparação	11.600,84	276,50
Publicidade e propaganda	19,20	547,00
Trabalhos especializados	51.778,71	5.677,00
Outros FSE	2.613,79	703,75
	<u>81.209,48</u>	<u>24.269,42</u>

## 20. Outros rendimentos e ganhos

Rubricas	2010	2009
Subsidios ao investimento	129.739,71	-
Outros rendimentos e ganhos	-	5,20
	<u>129.739,71</u>	<u>5,20</u>

## 21. Outros gastos e perdas

Rubricas	2010	2009
Impostos e taxas	30,00	25,00
Donativos	-	113,00
Outros gastos e perdas	5,20	5,21
	<u>35,20</u>	<u>143,21</u>

## 22. Juros e gastos similares suportados

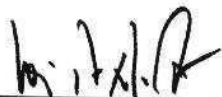
Rubricas	2010	2009
Juros de mora e compensatórios	149.665,29	1,25
Outros	-	-
	<u>149.665,29</u>	<u>1,25</u>

## 23. Outras informações relevantes

De salientar que no âmbito da construção da Rede foi prestada pelo empreiteiro geral uma garantia bancária no valor de 454.747,88€ sobre o Barclays, referente a 5% do valor da empreitada.

Valença, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira

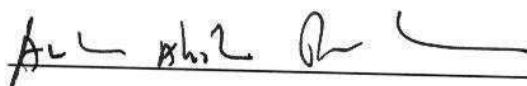
O Técnico Oficial de Contas,



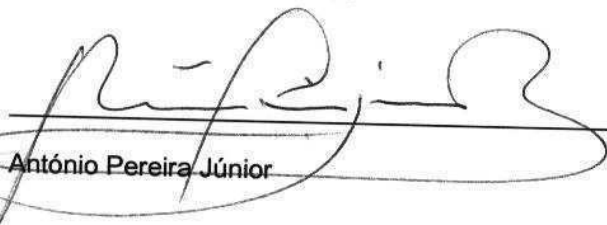
Susana Maria Macedo Queirós



José Manuel Vaz Carpinteira



António Abílio Pereira Torres



António Pereira Júnior

## D) Certificação Legal das Contas

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
 INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 148

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, as quais compreendem o Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 10.150.506,54 euros e um total de capital próprio de 7.931.702,30 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 351.136,03 euros), a Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual de Fluxos de Caixa e o Anexo do período findo naquela data.

#### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações da posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, em 31 de Dezembro de 2010, as alterações da posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Braga, 15 de Março de 2011.

*Mário Guimarães*

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,  
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148  
 Representada por:  
 Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

Avenida D. João II, n.º 404, 4.º Andar, Escritório 47 • Apartado 2652 • 4701-896-BRAGA • T (+351) 253 203 520 • F (+351) 253 203 521  
 E-mail: geral@jrmmsroc.pt • www.jrmmsroc.pt • Pessoa Colectiva n.º 503 951 943 • Capital Social Realizado: 7.500,00 Euros

## E) Relatório e Parecer do Fiscal Único



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 148

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

#### Exmos. Srs. Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a acção fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
  2. Durante o exercício desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da empresa.
  3. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro (Regime Jurídico da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) e do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais, também emitimos a Certificação Legal das Contas (sem reservas e sem ênfases) com data de 15 de Março de 2011.
  4. Face ao exposto, e considerando que:
    - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
    - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Conselho de Administração e os Serviços da Empresa apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados;
    - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da empresa,
- O Fiscal Único é de **parecer** que a Assembleia Geral:
- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2010, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
  - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 15 de Março de 2011.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148  
Representada por:  
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

Avenida D. João II, n.º 404, 4.º Andar, Escritório 47 • Apartado 2652 • 4701-896-BRAGA • T (+351) 253 203 520 • F (+351) 253 203 521  
E-mail: geral@jmsroc.pt • www.jmsroc.pt • Pessoa Colectiva n.º 503 951 943 • Capital Social Realizado: 7.500,00 Euros

## F) Órgãos Sociais

### CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: José Gonçalves Teixeira

VOGAL: José Manuel Vaz Carpinteira

VOGAL: António Abílio Pereira Torres

VOGAL: António Pereira Junior

### MESA DE ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE: José Emilio Pedreira Moreira

VICE-PRESIDENTE: Jorge Manuel Salgueiro Mendes

SECRETÁRIO: Susana Daniela Simões da Silva Braga

### ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO (Fiscal Único)

Efectivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC,  
representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1149).

Suplente: Dr. Joaquim da Cunha Guimarães (ROC n.º 790).

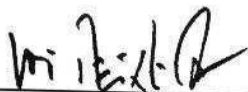
## G) Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º e no n.º 4 do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, apresentamos, de seguida, a lista de acções abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de Dezembro de 2010, os membros do Conselho de Administração não eram titulares de quaisquer acções da sociedade.
2. Os seguintes accionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de Dezembro de 2010, de pelo menos um décimo do capital:
  - i. - Associação de Municípios do Vale do Minho, com 51% do capital;
  - ii. - Dstelecom, S.A., com 48,49% do capital.

Valença, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração



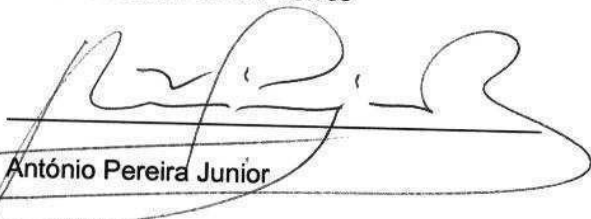
José Gonçalves Teixeira



José Manuel Vaz Carpinteira



António Abílio Pereira Torres



António Pereira Júnior